



TUBARÃO SANEAMENTO S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente			
	Nota	2019	2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.614	681
Contas a receber e outros recebíveis	6	3.500	4.389
Estoques		646	616
Impostos e contribuições a recuperar		180	162
Total do ativo circulante		18.940	5.848
Não circulante Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		18	19
Impostos e contribuições a recuperar		181	270
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.786	2.276
Total do realizável a longo prazo		1.985	2.565
Imobilizado		605	863
Ativos de direito de uso		2.123	-
Intangível	7	86.967	44.570
Ativos de contrato	8	5.968	19.275
Total do ativo não circulante		97.648	67.273
Total do ativo		116.588	73.121

	Nota	2019	2018
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	3.062	11.767
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	1.865	7.565
Obrigações sociais e trabalhistas		1.240	1.484
Obrigações tributárias		899	999
Imposto de renda e contribuição social a pagar		711	619
Total do passivo circulante		7.777	22.434
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	549	553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	19.554	-
Obrigações tributárias		1.087	1.402
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	73
Provisão para perda com causas judiciais		209	147
Total do passivo não circulante		21.399	2.175
Patrimônio líquido			
Capital social		28.620	28.620
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	42.000	10.000
Reserva legal		1.171	826
Reservas de lucros		15.621	9.066
Total do patrimônio líquido		87.412	48.512
Total do passivo e patrimônio líquido		116.588	73.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	14	65.123	72.542
Custo dos serviços prestados	15	(41.368)	(54.337)
Lucro bruto		23.755	18.205
Despesas operacionais			
Comerciais	15	(930)	(1.267)
Administrativas e gerais	15	(10.843)	(9.156)
Outras receitas (despesas) operacionais		292	-
		(11.481)	(10.423)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		12.274	7.782
Receitas financeiras	16	709	372
Despesas financeiras	16	(3.021)	(1.875)
Resultado Financeiro, líquido		(2.312)	(1.503)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.962	6.279
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.573)	(2.597)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(489)	(433)	-
Lucro líquido do exercício		6.900	4.115

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.900	4.115
Resultado abrangente total	6.900	4.115

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Tubarão Saneamento S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Rua Altamir Guimaraes nº 685, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, tendo sido constituída com objetivo exclusivo à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários, compreendendo também a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2010/Fundus e do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de Tubarão”, nº 38/2012. O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042. O controle da Companhia é compartilhado entre as empresas Iguá Saneamento S.A. e a Duane do Brasil S.A., com 50% de participação de cada uma. A divulgação das demonstrações financeiras são as apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 13 de abril de 2020.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridas pelas normas. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de mensuração. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2019						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.920	-	620	5.706	-	17.246
Aumento de capital	17.700	-	-	-	-	17.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.115	4.115
Reserva legal	-	-	206	-	-	206
Reserva de lucros	-	-	-	3.909	(3.909)	-
Adoção ao CPC 48	-	-	-	(549)	-	(549)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.000	-	-	-	10.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.620	10.000	826	9.066	-	48.512
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.900	6.900
Reserva legal	-	-	345	-	(345)	-
Reserva de lucros	-	-	-	6.555	(6.555)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	32.000	-	-	-	32.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019	28.620	42.000	1.171	15.621	87.412	

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6.900	4.115
Lucro líquido do exercício	6.900	4.115
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	111	76
Depreciação e amortização	3.460	1.930
Provisão para contingências	62	66
Impostos com recolhimento diferidos - PIS e Cofins	159	266
Imposto de renda e contribuição social diferidos	489	(433)
Juros sobre atualização de contas a receber e impostos a recuperar	(8)	-
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures	325	(761)
Imposto de renda e contribuição social provisionados	2.573	2.597
Baixa de depreciação na alienação e ativo imobilizado	15	-
Total	14.086	9.378

Variações em:

Aumento em contas a receber de clientes (Aumento)/redução em estoques	89	(771)
(Aumento)/redução em outros ativos circulantes e não circulantes	(30)	(77)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	561	(40)
Aumento/(redução) em fornecedores	(8.709)	10.422
Aumento/(redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(244)	573
(Redução)/aumento em obrigações tributárias	(396)	906
Caixa gerado nas atividades operacionais	6.158	20.398
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(163)	(133)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.420)	(2.063)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	3.575	18.202

Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Aquisições de ativos imobilizado (178) (412)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato (31.947) (46.580)
Outros investimentos - 1.531

Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos**(32.125) (45.461)**
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.890) (84)
Empréstimos, financiamentos e debentures tomados 20.000 -
Custo de transações na captação de recursos de terceiros (627) -
Aumento de capital - 17.700
AFACs 32.000 (10.875)

Fluxo de caixa/(usado nas) proveniente das atividades de financiamento**42.483 27.616**
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa**13.933 357**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro 681 324
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro**14.814 681**

suas ausências, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuem em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utiliza o ativo em seu melhor uso. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e o valor justo do instrumento é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.5. Intangível
a) Reconhecimento e mensuração
Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
b) Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
c) Amortização
Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final de uma concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.
2.6 Ativos de contrato
Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos

(iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos. A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.
b) Contratos de concessão de serviços e construção
A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e considera tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.
c) Receita de serviços de operação
A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfizer todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.2. Receita de contrato com cliente
a) Serviços de abastecimento de água
A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços contemplados no contrato. A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação;



bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 e a revisão do ICPC 01 / IFRIC 12, notadamente o parágrafo 19 do ICPC01/IFRIC 12, a Companhia passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão durante o período de construção.

Consolidado		
	Saldo divulgado	Saldo reapresentado
Saldo em 31 de dezembro de 2018		
Ativo intangível (Nota 7)	63.845	(19.275)
Ativos de contrato (Nota 8)	-	19.275

2.7 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Semelhantes tal evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes concorrentes e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dos custos deste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revisadas anualmente. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Para ativos que não sejam água, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do água é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o água esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do água alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 Provisões
a) Geral
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. b) Provisão para perdas com causas judiciais A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição/aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10 Ativos a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicada, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.11 Arrendamentos mercantis
A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é considerado um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

2.12 Classificação corrente versus não corrente
O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; ou (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o período de 12 meses após a data do balanço; ou (ii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que

podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.13 Normas novas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil foi efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 08 (R1). A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A Empresa adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2). A empresa optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto seja de baixo valor. Os principais contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como locação de impressoras, equipamento de videoconferência e comunicação, os contratos identificados como curto prazo se referem a locação de equipamentos operacionais e os contratos ao qual a empresa o classificou como arrendamento se refere a locação de veículos, imóveis e máquinas e equipamentos. Os impactos iniciais no balanço em 01 de janeiro de 2019 foram de R\$ 2.279 milhões de reais nas rubricas de Ativos de direito de uso e de arrendamento mercantil. A Empresa adotou a taxa nominal incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento de 10,10% a.a., para contratos de 1 ano e crescente para os anos subsequentes de forma a refletir o custo marginal de captação que o grupo obtinha para efetuar a compra do ativo. CPC 22 – Incertezas sobre Tributação de Tributos sobre o Lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os impactos de imposto de renda. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a (%)	Vencimento	2019	2018
Cédula de crédito	CDI	10,98	2019	-	7.565
Debêntures	CDI	9,96	2024	20.000	-
Arrendamento mercantil				1.419	-
Total				21.419	7.565
Passivo circulante				1.865	7.565
Passivo não circulante				19.554	-

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no dia 17 de dezembro de 2018 a Tubarão Saneamento aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, composta por 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), na data de emissão ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais). Não ocorreu a liquidação do montante mencionado e portanto a emissão não foi concretizada no ano de 2018. Posteriormente, em 25 de outubro de 2019 foi celebrado o primeiro aditamento ao instrumento particular de escritura da segunda emissão de debêntures simples. O valor foi alterado para R\$ 20.000 (vinte milhões de reais), não Conversíveis em Ações, da Espécie com Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, composta por 20.000 (vinte mil) debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais). Estas debêntures foram liquidadas em 25 de novembro de 2019 e os recursos foram disponibilizados a Companhia. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais, acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Tubarão Saneamento, a Igua Saneamento S.A., na qualidade de fiadora e pagadora do valor das obrigações garantidas pela primeira série e a Duane do Brasil S.A. na qualidade de fiadora e pagadora do valor das obrigações garantidas da segunda série.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 28.620 (R\$ 28.620 em 31 de dezembro de 2018). Está representado por 19.110.000 ações ordinárias (19.110.000 em 31 de dezembro de 2018), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas: 9.555.000 ações de Igua Saneamento S.A e 9.555.000 ações de Duane do Brasil S.A.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2019 os acionistas da Tubarão Saneamento aprovaram o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 32.000 (Trinta e dois milhões de reais) para realizar o plano de investimentos e cumprir o contrato de concessão. Os valores foram disponibilizados para Companhia no mesmo dia, nos montantes de R\$ 16.000 (Dezesseis milhões de reais) pela controladora em conjunto Igua Saneamento S.A. e R\$ 16.000 (Dezesseis milhões de reais) integralizados pela controladora em conjunto Duane do Brasil S/A, na exata proporção de suas participações na sociedade. A integralização do saldo total de R\$ 42.000 (quarenta e dois milhões de reais) registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) depende de aprovação do Poder Concedente e da Agência Reguladora (AGR), de acordo com o contrato de concessão. O pedido de aprovação de R\$ 10.000 referente aos AFACs realizados em 2018 está em tramitação no ente regulador. O restante de R\$ 32.000 realizado 2019 será realizado pela Administração tao logo aprovado o primeiro pedido.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que é assegurado o direito a dividendos desde que não atinja mais de duas vezes ao ano o lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, condicionados aos limites fixados na mesma lei, quer com relação a periodicidade, quer com relação ao valor, salvo deliberação da Companhia. Em janeiro de 2020, a administração da Companhia propôs não distribuir dividendos mínimos obrigatórios sobre os resultados do exercício de 2019, tendo em vista a necessidade da Companhia de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados no ano de 2020 e portanto, os órgãos da administração entendem que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia e a parcela dos lucros não distribuída de R\$ 6.555 foi destinada a constituição de reserva especial de lucro. Além disso, a Companhia não possui recursos disponíveis em caixa para honrar seu passivo circulante, caso efetuasse a distribuição de dividendos aos acionistas.

12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	29.176	24.609
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(14.614)	(681)
(=) Passivo líquido (A)	14.562	23.928
Total do patrimônio líquido (B)	87.412	48.512
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	0,17	0,49

13. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.779	400	835	281	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	3.500	4.389	-	-
Ativos Financeiros		13.779	400	4.335	4.670	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	-	-	3.611	12.320
Empréstimos e financiamentos (*)	11	-	-	-	-	21.419	7.565
Passivos Financeiros		-	-	-	-	25.030	19.885

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites

e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Contas a receber e outros recebíveis A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis. Caixa e equivalentes de caixa O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.779	400
Contas a receber e outros recebíveis	6	3.500	4.389
Total		17.279	4.789

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2019	2018
A vencer	2.820	5.179
Vencidos de 1 a 30 dias	638	489
Vencidos de 31 a 90 dias	99	65
Vencidos de 91 a 120 dias	10	6
Vencidos de 121 a 180 dias	15	16
Vencidos de 181 a 360 dias	164	31
Vencidos acima de 360 dias	12.060	11.168
Total	15.806	16.954

Considerando a existência de valores em aberto desde o início da concessão, em março/2012, até outubro/2019, que somavam um total de R\$ 16.425, foi celebrado, em 19 de dezembro de 2019, um acordo com o Município de Tubarão, relacionado ao fornecimento de água para o Município de Caiçari de Baixo para pagamento parcial de faturas vencidas a partir de janeiro/2018 até outubro/2019. O montante de R\$ 3.811 mil foi recebido em 27 de dezembro de 2019, proveniente deste acordo, sendo que desse montante, R\$ 1.200 estavam provisionados em perdas por redução no valor recuperável. Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Saldo em 1º de janeiro de 2018	11.862
Adoção IFRS 9 / CPC 48		833
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida		1.007
Valores baixados		(931)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.771	
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida		1.110
Valores baixados		(1.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.660	

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de juros As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e T.JLP. Perfil Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2019	2018
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	5	13.779	401
Passivos financeiros			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	21.419	7.565

iv) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir: Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.779	CDI	4,16	573	5,20	717	6,24	860
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos e debentures	(21.419)	CDI	4,50	(964)	5,63	(1.205)	6,75	(1.446)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(7.640)							
Impacto no resultado e patrimônio líquido								
						(98)		(195)

iv) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.779	CDI	4,16	573	3,12	430	2,08	287
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos e debentures	(21.419)	CDI	4,50	(964)	3,38	(723)	2,25	(482)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(7.640)					(293)		(195)
Impacto no resultado e patrimônio líquido								
						98		195

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 27 de dezembro de 2019.

v) Risco de preço

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

vi) Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	19 a 58 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	3.611	3.611	3.611	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21.419	25.672	3.685	6.590	5.774	5.401	4.222
31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses				
Fornecedores e outras contas a pagar	12.320	12.320	12.320				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.565	7.565	7.565				

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente de forma antecipada, ou em valores diferentes.

14. Receita operacional líquida

	2019	2018
Saneamento	36.777	29.261
Construção	31.844	46.512
Serviços	638	541
Abatimentos e cancelamentos	(979)	(826)
Impostos sobre serviços	(3.157)	(2.946)
Total	65.123	75.542

15. Custos e despesas por natureza

	2019	2018
Custos dos serviços prestados		
Custos e materiais diretos	(3.441)	(3.525)
Custos com pessoal	(1.805)	(1.867)
Construção	(31.844)	(46.512)
Materiais indiretos	(1.988)	(1.172)
Depreciação e amortização	(3.129)	(1.841)
Créditos de Pis e Cofins	839	580
Total	(41.368)	(54.337)

Despesas comerciais

	2019	2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(111)	(76)
Outras despesas comerciais	(130)	(260)
Despesa com pessoal	(689)	(931)
Total	(930)	(1.267)

Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Despesas com pessoal	(3.671)	(3.015)
Serviços contratados	(2.361)	(2.397)
Outras despesas (*)	(4.480)	(3.655)
Depreciação e amortização	(331)	(89)
Total	(10.843)	(9.156)

(*) No ano de 2019 compreende: Taxa de Regulação (1.530); Publicidade e Propaganda (638); Locação de Softwares (389); Seguros em Geral (118); Despesas Gerais (1.764).

16. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	348	283
Juros de aplicações financeiras	261	64
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	8	8
Descontos obtidos	92	17
Total	709	372
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(325)	(761)
Outras despesas financeiras	(2.696)	(1.114)
Total	(3.021)	(1.875)
Despesas financeiras líquidas	(2.312)	(1.503)

17. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado dos exercícios:

	2019	2018
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	9.962	6.280
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(3.387)	(2.135)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(4)	(61)
Outras	329	32
Imposto corrente	(2.573)	(2.597)
Imposto diferido	(489)	433
Alíquota efetiva	(31%)	(34%)